



EDITORIAL

LISBOA

Este número homenageia Lisboa, em comemoração do 10.º aniversário da assinatura do Tratado de Lisboa, a 13 de dezembro de 2007, que reviu o Tratado da União Europeia (Maastricht, 1992) e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com raízes no Tratado que estabeleceu a Comunidade Económica Europeia (Roma, 1957). Assinado pelos 27 Estados-membros à época, o Tratado de Lisboa apresentou-se como alternativa ao fracasso da Constituição Europeia, rejeitada pelos holandeses e franceses por referendo popular, em 2005.

O Tratado de Lisboa introduziu alterações significativas no funcionamento da União Europeia (UE). A União é dotada de personalidade jurídica e sucede à Comunidade Europeia. Os parlamentos nacionais têm o poder de controlar politicamente a aplicação do princípio da subsidiariedade. O Conselho Europeu e o Banco Central Europeu tornam-se instituições. Reforça-se a participação do Parlamento Europeu nos processos legislativos especiais e estende-se o seu poder de codecisão com o Conselho da União Europeia. A presidência do Conselho Europeu é fixa, deixando de ser rotativa a cada seis meses. É alargado o número de matérias decididas por maioria qualificada no Conselho. São eliminados os três pilares e definidas as competências exclusivas, partilhadas e de apoio. No campo da política externa, é criado o cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Todas estas mudanças contribuíram para uma reforma necessária do quadro institucional da UE, embora, perante os desafios da atualidade, estejam aquém do exigível. O Tratado de Lisboa foi esboçado e assinado num período em que o espírito europeu se apresentava de boa saúde e os líderes europeus mostravam-se confiantes em refundar o projeto europeu, dotando-o com os mecanismos e preceitos

considerados imperativos para alcançar esse objetivo. E Lisboa foi o palco escolhido para essa consagração.

Lisboa é uma das mais antigas cidades da Europa, cujas origens remontam ao Neolítico. A posição privilegiada junto ao estuário do Tejo, de portas abertas ao Atlântico, atraiu os primeiros povos, tendo lugar as primeiras trocas comerciais com o resto da Europa. Os romanos tiraram vantagem da posição estratégica de Lisboa, fundando a cidade de Olisipo, reconhecida pela sua produção de *garum*, uma pasta de peixe bastante afamada. Os mouros tomam a cidade no século VIII, incorporando mais tarde a Taifa de Badajoz. Porém, a Reconquista pelos reinos cristãos do norte da Península Ibérica colocou em causa a ocupação mourisca e Lisboa não foi exceção: depois de um longo cerco, a cidade foi conquistada pelas tropas de D. Afonso Henriques, em 1147.

A localização estratégica da cidade, mais uma vez, ressaltou a sua importância para o recente Reino cristão de Portugal, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de capital em 1255. Com a rápida expansão da cidade e o desenvolvimento do seu porto, Lisboa encontrava-se vulnerável a ataques externos, pelo que foram levantadas e ampliadas muralhas e fortes em torno do seu perímetro, ao longo dos séculos.

Lisboa tornou-se cada vez mais apetecível, ao mesmo ritmo que Portugal concretizava a maior empresa de todos os tempos: os Descobrimentos. A expansão ultramarina tem início com a conquista de Ceuta, em 1415. Embarcações partiam de Lisboa, com navegadores imbuídos de coragem e espírito aventureiro, que iluminaram o Ocidente quanto ao mundo desconhecido. Ao longo da costa africana, pela Índia, pelo Extremo Oriente, até ao Brasil, os portugueses afirmavam o seu império. Ao garantirem as trocas comerciais com os principais portos do Oriente, Lisboa tornou-se um centro mercantilista onde prosperava o comércio dos produtos orientais tão desejados pela Europa. Portugal torna-se, assim, no reino mais rico da Cristandade.

Mas cedo, o sucesso de Portugal atraiu a inveja de outros reinos europeus, que, à semelhança de Portugal e Espanha (que dividiram o mundo entre si em Tordesilhas), ambicionavam expandir os seus territórios além-mar, sedentos das riquezas que essas

novas terras escondiam. Holanda, França e Inglaterra ameaçaram a hegemonia luso-espanhola, obrigando os portugueses a apostar numa lógica expansionista territorial, que fosse além do domínio dos principais portos e rotas comerciais. O Brasil foi o expoente máximo dessa estratégia, cujas incursões para o interior do continente sul-americano trouxeram mais ouro, prata e pedras preciosas para a metrópole, alimentando a burguesia mercantil e a Coroa.

Depois de protagonizar um dos eventos mais marcantes da História Moderna, o terramoto de 1755 que chocou a Europa pela sua brutalidade, Lisboa foi o alvo de duas das três invasões francesas que fustigaram Portugal no início do século XIX. A corte, refugiada no Brasil, só retornaria em 1821. No ano seguinte, o Brasil tornou-se independente e Portugal jurava a sua primeira Constituição. Sem a sua mais importante colónia ultramarina, Portugal começou a sentir constrangimentos económicos e o descontentamento popular acentuou-se, resultando na emergência do republicanismo. Ao longo do século XX, Lisboa assistiu a três revoluções, que resultaram em mudanças de regime em 1910, 1926 e 1974.

Consolidada a democracia, Lisboa continua a apresentar-se ao mundo com o cosmopolitismo que lhe é característico. Uma cidade onde o antigo se concilia com o moderno, onde o progresso e o desenvolvimento não se sobrepõem à história e às tradições. Uma cidade que encerra em si pessoas de várias raças, etnias, nacionalidades e religiões, que convivem em paz e na base da tolerância, perpetuando o contato multicultural do povo português ao longo dos séculos. Outrora, Lisboa descobria o mundo pelas estradas que as caravelas abriam no mar; hoje, Lisboa acolhe todas as latitudes e longitudes do mundo que se propõem a descobri-la.

Este número segue a lógica editorial dos anteriores, com os seis artigos publicados a fazerem jus ao carácter multidisciplinar dos Estudos Europeus. João Silva Araújo apresenta-nos os contributos da coesão territorial para o desenvolvimento europeu, refletindo sobre os critérios de medição dessa mesma coesão. Sofia Felício Caseiro debruça-se sobre a problemática dos países seguros, analisando a lista comum de países de origem seguros proposta pela Comissão Europeia em 2015 e que será,

posteriormente, discutida no Parlamento Europeu. David Gil Gonçalves avalia a emergência e evolução dos movimentos nacionalistas na União Europeia entre 2006 e 2016, que utilizaram a crise económica e o fluxo de refugiados como principais argumentos para a sua afirmação. Bruno Luciano e Cairo Junqueira abordam o tema da representatividade e da legitimidade na União Europeia, analisando o papel do Comité das Regiões e o Parlamento Europeu. Karim Quintino aponta, no seu artigo, que a democracia liberal tem alienado os cidadãos europeus das esferas políticas, o que possibilitou o crescimento do populismo. Paulo Vila Maior marca os 60 anos do Tratado de Roma, comemorados este ano, para refletir sobre os desafios existenciais da Europa de hoje.

É, ainda, publicada uma resenha sobre o documentário *A Noite Cairá*, da autoria de Mónica Mendes – um documentário que espelha a realidade vivida nos campos de concentração alemães durante o período Nazi. Terminamos com a publicação do discurso da eurodeputada Ana Gomes, que aborda a necessidade de uma política europeia de segurança e defesa, face às ameaças com que a Europa se debate.

Esperamos que este número continue à altura dos nossos prezados leitores, aos quais agradecemos toda a sua atenção e apoio.

Pedro Camacho
Diretor